Aspectos Da Relação Brasil– Argentina, Próximos, Ou Distantes?

Aspects of the Brazil-Argentina Relationship, Close or Distant?

DOI: 10.46932/sfjdv2n2-175

Received in: March 1st, 2021

Accepted in: May 30th, 2021

Fernando Roberto de Freitas Almeida

Doutor em História Política, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, professor associado da Universidade Federal Fluminense

Victor Leandro Chaves Gomes

Doutor em Ciência Política, pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, professor associado da Universidade Federal Fluminense

RESUMO

O presente trabalho visa à análise das relações entre Brasil e Argentina, nos últimos anos do século XX e início do presente século. Há pouco mais de três décadas, estão comprometidos num processo de integração que havia sido projetado de forma abrangente, mas reduzido a uma forma mais pragmática, quando ambos aprofundaram suas orientações liberais. Embora o desequilíbrio entre ambos nunca fosse tão grande, dado o desempenho acumulado da economia brasileira, fatores de coesão prevaleceram sobre os de afastamento, significando que forças profundas de ambos tinham sido mobilizadas de modo favorável ao entendimento. Para a análise deste processo, foi aplicado o método da Economia Política Internacional, identificando e analisando os agentes políticos, econômicos e sociais envolvidos, com uma abordagem teórica baseada no Estruturalismo e nas Teorias Críticas das Relações Internacionais.

Palavras-chave: Relações bilaterais Brasil-Argentina – Desenvolvimentismo – Cepal - Neoliberalismo

ABSTRACT

The present work aims to analyze the relations between Brazil and Argentina, in the last years of the 20th. Century and the beginning of the present century. For just over three decades, they have been engaged in an integration process that had been designed in a comprehensive way, but reduced to a more pragmatic way, when both deepened their liberal orientations. Although the imbalance between them was never greater, given the accumulated performance of the Brazilian economy, factors of cohesion prevailed over those of distance, meaning that the deep forces of both had been mobilized in a way favorable to understanding. To analyze this process, the International Political Economy method was Applied, identifying and analyzing the political, economic and social agents involved, with a theoretical approach based on Structuralism and Critical Theories of International Relations.

Key words: Brazil-Argentina bilateral relations. Developmentalism, ECLAC, Neoliberalism

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, as relações entre o Brasil e a Argentina foram vistas como turbulentas, embora com só dois momentos de dificuldades sérias, cujas desconfianças poderiam ter levado a algo de

impossível negociação. O primeiro ocorreu no início do século, quando as chancelarias estavam a cargo de Estanislao Zeballos e de José da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco. O segundo data dos anos 1970, com a construção da usina de Itaipu. Deste segundo momento, surgiram as condições para os processos integracionistas. Com efeito, se a existência de regimes democráticos favorece processos de regionalização, como se viu sob os governos social-democratas de José Sarney e Raúl Alfonsín, regimes de exceção poderiam promover esforços com finalidades semelhantes. Também na Era Vargas (1930-1945), a proposta de união aduaneira prevista no Tratado de 1941, não vingou, em razão das divergências quanto à II Guerra Mundial.¹ Bandeira (2006) destaca que, por interesses da Guerra Fria, ganhou força o conceito de América Latina, usado pelas organizações multilaterais. No Brasil, ao se falar este termo, pensava-se, em América do Sul e, de imediato, na Argentina. Há algo em comum nos dois momentos: perda de equilíbrio de poder. Quando os argentinos, associados a capitais ingleses, galgaram postos entre os países mais ricos do mundo, deixando com rapidez para trás seu vizinho, com o qual disputavam investimentos europeus e prestígio. Surgiram discursos da “Grande Argentina” e uma espécie de fé em um destino manifesto. Militarmente, estava à frente, desde que a Marinha brasileira sofrera grandes perdas na Revolta da Armada. Contudo, o êxito do modelo agrário-exportador fez que, em algumas décadas, industriais locais fossem prejudicados na busca pelo controle do país, pois a riqueza provinha do interior. Simultaneamente, o Brasil passava pela construção de uma economia industrializada, com altas taxas de crescimento. Nos anos 1970, o novo desequilíbrio se dá entre um país que declinou ininterruptamente, mas manteve padrões de consumo elevados (que sempre seduziram os brasileiros) e um outro que se projetou economicamente, conseguindo captar investimentos para um processo de modernização. Fiori (2001, p.249) cita Roberto Lavagna, que demonstrou que, de 1930 a 1945, a taxa de crescimento da economia brasileira permitiria dobrar seu PIB a cada 28 anos. A Argentina necessitaria de 42 anos. Nos anos 1970, a economia brasileira duplicaria a cada nove anos e a argentina, 29 anos. O recuo na animosidade, com o acordo de Itaipu-Corpus, em 1979, abriu caminho para a aproximação, e é relevante o fato de as variáveis favoráveis ao afastamento e à disputa continuarem existindo, considerando-se que as cresciam. Forças compensatórias atuaram, e a aproximação continuou e se aprofundou, sem atingir as pretensões iniciais. Razões para que se desmanchassem os esforços integracionistas não faltaram, até porque a economia brasileira, mesmo vitimada por escolhas ortodoxas de estabilização, prosseguiu crescendo, diversificando-se e se modernizando. O conceito de aliança estratégica só ganhou *status* oficial em abril de 1997, em encontro, no Rio de Janeiro, de Fernando Henrique Cardoso e Carlos Saul Menem, em momento de ansiedade quanto à economia internacional. Para Gonçalves e Lyrio (2003) este conceito

¹ Getulio Vargas, após romper relações com os países do Eixo Roma-Berlim-Tóquio, não quis constranger a Argentina, por considerar a amizade entre os dois países “parte integrante de um programa de governo”. (BANDEIRA, 2006, p. 272)

se presta a múltiplas definições. Nem sempre é usado com parcimônia, mas “se há um país com o qual nos acostumamos a usá-lo de modo mais natural e automático, esse país é a Argentina”. O nível de associação, não apenas a formal, mas as próprias referências mútuas, tornaram-se centrais em seu relacionamento externo. Segundo Cervo (2008) alguns analistas não distinguem entre *parceria estratégica* e *relações em eixo*, mas se poderia argumentar quanto à possibilidade de existir parceria estratégica entre países profundamente desiguais, enquanto relações em eixo se estabelecem entre países parceiros de nível próximo de desenvolvimento “unidos por uma visão comum de interesses e objetivos” (p. 214). O autor sintetiza algumas opiniões a este respeito:

1) Hélio Jaguaribe: julga necessária a existência de relações em eixo para a sobrevivência de Brasil e Argentina, sem o quê não conseguiriam atingir estágios mais elevados de desenvolvimento; 2) Mário Rapoport: atribui às relações em eixo a responsabilidade de forjar visões de mundo convergentes e de evitar disputas por influências regionais; 3) José Botafogo Gonçalves e Félix Peña: incumbem ao eixo pensar o futuro de si mesmo e de sua região, visando ao comércio, às integrações econômica e energética e à competitividade sistêmica; 4) Roberto Russell: percebe o eixo como conceito fundamentalmente definido no Brasil, pois os dois países são sócios em determinados interesses, “não amigos unidos pelo pensamento político”.

Para Cervo (2008) países ou grupos de países que não desenvolvem suas teorias de relações internacionais estão inclinados a incorporarem valores alheios à sua cultura e a sobreporem a seus próprios os interesses de terceiros, por vezes até mesmo antagônicos a suas culturas. As culturas, no sentido de Wendt (1999) que caracterizaram as relações interestatais entre estes países nunca tiveram um aspecto concretamente hobbesiano, pois não se tratou da definição de um como inimigo do outro, exceto em exercícios teóricos militares. A cultura de rivalidade, lockeana, existiu desde o início dos dois países e sobreviveria até os anos 1980. A partir daí, uma cultura da amizade, kantiana, foi estabelecida. As razões para tanto, centram-se:

a) no crescimento diferenciado das economias dos dois vizinhos, a ponto de o Brasil tornar-se um agente mais relevante no cenário mundial; b) numa convergência de valores a serem preservados, a partir do fim dos governos militares, nos anos 1980; c) na maior interdependência econômica e d) nos avanços nas discussões de cunho econômico, diante de pressões semelhantes, fazendo com que se preocupassem cada vez mais com um espaço econômico comum.

Tal situação, cada vez mais perceptível à medida que as sempre presentes visões subjacentes de que os dois países deveriam cooperar, ao invés de competir, meramente repetindo esquemas geopolíticos transplantados, iam-se afirmando, promoveu nova alteração nos paradigmas de política externa da Argentina. Russel e Tokatlian (2003, p.79) denominaram-no de “paradigma da participação responsável”,

adequado ao período que sucedeu à grave crise com que a Argentina iniciou o século XXI. Sinteticamente, ele se constitui de: a) perfil elevado na construção, defesa e reforma das instituições políticas e econômicas internacionais, orientado para aumentar sua relevância e produzir maior democratização; b) compromisso firme com temas já tradicionais da globalização, como a democracia, a paz, a luta contra o terrorismo, a preservação ambiental e os Direitos Humanos; c) formação de uma sociedade estratégica com o Brasil, aberta a todos os países sul-americanos; d) estabelecimento de um vínculo com os EUA definido em termos positivos, para objetivos específicos; e) apoio a esquemas de integração econômica, dentro e fora do hemisfério, compatíveis com políticas internas de elevação do nível tecnológico, produtividade e competitividade internacional do país; e f) adoção de uma estratégia de desenvolvimento econômico aberta ao mundo, mas com um protecionismo seletivo para reduzir os custos da globalização.

Todos estes aspectos assemelham-se à orientação da política externa brasileira. A constituição de uma zona de paz refere-se mais ao relacionamento Brasil-Argentina, do que ao conjunto dos países, que registrou conflitos fronteiriços, com cada vez mais a mediação brasileira. Um efeito dos controles exercidos pelo FMI sobre os gastos governamentais e também a recuperação do ambiente democrático na região levaram os recursos destinados à Defesa, na parte sul da América do Sul, a caírem 48,4%, entre 1985 e 2001, segundo o “Balanço Militar da América do Sul”, produzido pelo centro de pesquisas argentino *Nueva Mayoría*, de 2004. O mesmo estudo mostra que, entre 65% e 85% dos gastos em Defesa destes países correspondem ao pagamento de salários (ALMEIDA, 2008).

Os recentes ciclos de regulamentação e desregulamentação, posteriores à II Guerra Mundial, desencadeados por crises econômicas², influenciaram, e neles, as identidades nacionais foram manipuladas, contra ou a favor da aproximação, sendo importantes os fatores internos. Para Went, a mudança da identidade vem a partir de forças externas, que modificam a identidade do país. Não se pode negligenciar as questões internas, como registrou Zehfuss (2002), o que se evidencia notadamente no caso argentino, cujas oscilações no posicionamento externo foram mais frequentes do que no brasileiro. As aproximações de paradigmas na área econômica permitem ver semelhanças, tensões, inevitáveis, com peculiaridades, diante das escolhas semelhantes dos anos 1990, não idênticas. A adoção das ideias liberais, agora denominadas neoliberais, levou a maiores perdas, na Argentina, que as aprofundou, do que no Brasil, que as executou tardiamente em relação a todos os demais países latino-americanos. Na Argentina, isso foi visto como defeito e, depois, como virtude. Ela foi o segundo país sul-americano a reformar sua economia conforme os preceitos liberais, iniciando o processo em 1976. Foi o que mais aprofundou estas

² O ciclo keynesiano, considerado liberal nos EUA, foi iniciado devido à Grande Depressão e precisou de amplos recursos governamentais durante a II Guerra Mundial; durou trinta anos e o ciclo conservador seguinte foi derivado da crise inflacionária dos anos 1970. Seu principal formulador, Milton Friedman, acreditava que a busca pelo pleno emprego é que provocaria a inflação. A atual crise do ciclo conservador liga-a às dívidas contraídas nos anos 90.

reformas e o que mais sofreu com seus resultados, culminando com a crise de 2001. Brasil e Argentina promoveram um processo de aproximação como ainda não havia ocorrido na América do Sul. Apesar da divulgação de quaisquer empecilhos, pela imprensa especializada, como se fossem maiores do que realmente são, o eixo de integração Brasil-Argentina sobreviveu e se manteve, justamente quando a discrepância entre as economias nunca foi tão grande. Pode-se considerar, dadas as dificuldades enfrentadas - e apresentadas - pelo sistema internacional que, mais do que se cobrar definições de um destino para o bloco, deveria ser cobrada a falta de um foco. Conforme os autores acima, integração regional é um processo que não dispõe de uma teoria explicativa, não é um produto. Tal visão foi disseminada pelos aparelhos administrativos envolvidos e fica visível em afirmações oficiais de que o bloco é mais um destino do que uma escolha.³No processo, elementos como o maior fluxo comercial, a ampliação dos contatos entre as elites locais, a facilitação de encontros e de comunicações e a pura e simples invenção de símbolos, que principiam a noção de identidade comum, ou a expressam, tornam mais provável a integração efetiva. Aos poucos, como disse Haas (1971, p.6), os países “mesclam-se, confundem-se e se fundem em seus vizinhos, de modo tal que perdem certos atributos fáticos de soberania, ao mesmo tempo em que adquirem novas técnicas para resolverem seus conflitos mútuos”.

Gonçalves e Lyrio (2003) afirmaram que nas três últimas décadas, ocorreu uma crescente aproximação de paradigmas, por adaptações à própria dinâmica da economia internacional, mas diferenças de visão sobreviveram. Afinal, a cada período político, definido agora por procedimentos eleitorais, avançados e legítimos, contrapõem-se novas interpretações, de novas e de velhas propostas. É praticamente consensual que o Mercosul, definido pelas relações brasileiro-argentinas, passou por quatro fases, em seus primeiros quinze anos: 1ª) de 1991 a 1994, do Tratado de Assunção ao Protocolo de Ouro Preto, em que se definiu como união aduaneira. Houve compromissos quanto a uma integração, mas já sob o viés comercial característico da época; 2ª) de 1995 a 1998, consolidou-se um arcabouço legal e institucional, definido em 1994, com significativa expansão do comércio que, se por um lado “legitima pelo lado da economia real a iniciativa dos quatro governos” (GONÇALVES e LYRIO, 2003, p.15) por outro, acirra as críticas dos opositores do processo, os quais apenas repetem as acusações não-fundamentadas do Departamento de Comércio dos EUA, que via desvio de comércio onde ninguém mais o enxergava. Saraiva e Almeida (1999) analisaram os atritos comerciais, apontando para sua inevitabilidade, com o acirramento do processo de aproximação, na ótica comercial, e diferentes formas de analisar seus ganhos. Em última instância, foram identificados posicionamentos mais *estratégicos* do lado brasileiro e mais *táticos* no lado argentino, afinal, como também escreveu Cervo (2006, p.14) “se o

³ O ex-ministro Celso Lafer, mais inclinado para a Alca do que seu antecessor, Luiz Felipe Lampreia, e do que seu sucessor, Celso Amorim, chegou a dizer que “a Alca é uma opção, o Mercosul, destino” (MAGNOLI, 2004 p. 343)

neoliberalismo impregnou a inteligência dos dirigentes brasileiros nos anos 1990 (tratando-se da aplicação da ortodoxia econômica convencional, derivada da hegemonia liberal nos países centrais, contudo, no Brasil, pode-se perceber que a Reforma da Gestão Pública, de 1995⁴, tinha como objetivo contribuir para a formação de um Estado forte, capaz de encaminhar reformas consideradas essenciais,⁵ como registrou Pereira (2007) não se constituiu tendência exclusiva a determinar as relações internacionais do Brasil, como ocorreu na Argentina”. A crise econômica argentina atingiu níveis nunca vistos no Brasil, dada a formação sócio-histórica daquele país. Formaria um pano de fundo favorável a visões imediatistas e à criação, ou fortalecimento, de elites rentistas, prontas a investirem nas associações internacionais mais adequadas a seus anseios de manutenção de uma ordem interna que lhes era funcional; 3ª) de 1999 até 2003, quando a desvalorização cambial no Brasil e a crise argentina fazem com que grupos de pressão diversos adquiram maior capacidade de se expressarem, gerando controvérsias pelos atritos comerciais pontuais, até mesmo pequenos em relação à Balança Comercial bilateral. Observe-se que, na reunião preparatória para a Alca, de 1997, em Belo Horizonte, haviam sido lançadas as bases de um modelo de estruturação da representação empresarial brasileira, estendido a outras frentes negociais (OLIVEIRA e PFEIFER, 2006). Nos fóruns da Alca, de 1998 (São José da Costa Rica) e 1999 (Toronto) o ativismo empresarial brasileiro arrefeceu. Viu-se que a concretização do projeto da Alca era remota. Em 2000, mesmo com o elevado nível de aproximação que os dois países alcançaram, tendo reduzido substancialmente suas concordâncias em votações com os EUA, a chancelaria argentina, convidada a participar da I Cúpula de Chefes de Governo, declarou que o encontro dos doze países, o primeiro da história, não deveria ser interpretado como intenção de criar um bloco sul-americano (GIAVARINI, 2000, p.17). Ações como esta sempre provocaram algum desconforto na diplomacia brasileira, tendo em vista que, usualmente, ela identificava pontos de vista diferentes e até mesmo conflitantes, no lado argentino; 4ª) a partir de 2003, quando retomam o crescimento econômico, sendo que este atinge números espetaculares na Argentina, provocando acerba polêmica nos meios econômicos, oficiais, acadêmicos e na imprensa. A recuperação argentina deveu-se à retomada de posições perdidas, usando capacidade ociosa, com a “dispensa” de pagamentos externos que a oneravam. Deveu-se à imposição, pelo governo argentino a seus credores, de regras de pagamento que o governo brasileiro havia encaminhado ao Clube

⁴ Visava-se a incrementar a capacidade do Estado, com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, que teve três dimensões: a) institucional-legal, criando novos formatos organizacionais, como as organizações sociais; b) a introdução de novos instrumentos de gestão, como contratos, contabilidade gerencial e gestão pela qualidade; c) dimensão cultural, de mudança de mentalidade, para maior confiança, na administração gerencial.

⁵ “O Brasil foi o primeiro país em desenvolvimento a iniciar, em 1995, sua reforma da gestão pública, depois que a Inglaterra ou os EUA empreendessem reforma do mesmo tipo, mas antes que países pioneiros na reforma burocrática, como a Alemanha ou a França, o fizessem” (PEREIRA, 2007, p.105)

de Paris, em 1987, pelo ex-ministro Luís Carlos Bresser Pereira, e rejeitadas pelos EUA, mantenedor das práticas de estabilização apresentadas pelo FMI.

O Mercosul é um projeto diferente do inicialmente lançado pelos governos brasileiro e argentino posteriores aos governos militares. Começou como uma zona de livre comércio e se tornou uma união aduaneira imperfeita, a partir de 1994. Na observação de Dias (2000, p. 213):

A hipótese dos idealizadores do Mercosul era de que o processo de integração produtiva se aprofundaria de modo mais rápido numa negociação dentro do bloco. As empresas com controle de capital regional seriam as primeiras a desenvolver estratégias de fusões e parcerias, levando a acordos setoriais de investimento onde predominariam uma estratégia comum de defesa diante do cenário de competição globalizada. As multinacionais do setor agroalimentar foram no entanto muito mais rápidas na conquista do mercado e somente no caso da indústria automobilística, onde houve empenho competitivo dos governos, chegou-se a avançar num processo de integração. Somente quando uma re-estruturação produtiva cria a perspectiva de uma conquista de um mercado maior, ou da eliminação do risco de uma concorrência destruidora haveria base concreta para um acordo setorial; dividir um mercado já existente não é estímulo suficiente para convencer os empresários a entrar na negociação de um acordo setorial.

Comercialmente, houve sucesso, no começo. O setor automotivo argentino, por exemplo, passou a depender do mercado brasileiro para cerca de 30% de suas vendas, mas necessitava de um regime especial, por produzir modelos mais caros, com escala bem menor e, em geral, das mesmas marcas internacionais existentes no território brasileiro.

Um fator novo, que começou a influenciar o relacionamento, sendo objeto de reclamações dos empresários da região mais avançada do Brasil, foi a chegada de produtos industrializados da China. Bielsa (2004, p.11) registrou que “diferentes razões de caráter histórico, geopolítico e cultural levaram a Argentina a não prestar a devida atenção ao enorme desenvolvimento alcançado por muitos países da Ásia durante as últimas décadas do século XX”, mas o Brasil beneficiou-se, primeiramente, de sua grande colônia de origem japonesa e, quando os investimentos do Japão refluíram, teve a compensação da aproximação com o mercado chinês. Pesquisas nos meios de comunicação brasileiro mostraram, que o crescimento econômico chinês foi incensado, o argentino muito pouco citado e o venezuelano, superior ao chinês, devido às receitas do petróleo, simplesmente ignorado, por escaparem ao senso comum em que se transformou o pensamento neoliberal. Neste aspecto, entre os novos indicadores criados neste ambiente liberal, é interessante o apresentado pela organização *Economic Freedom of the World*, empregado pela revista inglesa *The Economist*. Tal índice emprega dados de 53 instituições de todo o mundo e curiosamente considera a China mais “livre” do que o Brasil e o Peru mais “livre” do que a Dinamarca (www.freetheworld.com). Em 1999, em pesquisa especial, William Emmott, seu editor, questionou o porquê de os países “mais pobres” não recuperarem posições ao longo do século XX. Respondeu que não foi pela falta de mão-de-obra qualificada, capital, espírito schumpeteriano dos empresários e, sim, pela falta de liberdade econômica, concluindo que, se o desenvolvimento não veio, foi porque as reformas

ficaram incompletas.⁶ As citações à China precisavam ser feitas, dado o movimento de recursos que acarretou, com seu projeto de “ascensão pacífica” e o fato de que a experiência chinesa, a criação de um tipo diferente de capitalismo (provisoriamente denominado como “confuciano”) é realmente única, não podendo ser emulada na América do Sul. Já a volta da influência dos nacionalismos/desenvolvimentismos venezuelano e argentino, ao lembrarem as práticas keynesianas do passado, seria associada a retrocesso, ou a práticas “populistas” (expressão vaga, para designar quaisquer intervenções governamentais visando a promover correções, para menor desigualdade, ou proteção a setores tidos como estratégicos). Estes países beneficiaram-se com a expansão das economias chinesa e indiana, juntamente com a dos EUA, e discutiram sua posição na divisão internacional do trabalho. Tal discussão aprofundou-se, no Brasil, em razão da repercussão de um estudo econométrico da corretora Goldman Sachs, elaborado pelo economista Jim O’Neill, em 2001, referente às prováveis potências em 2050: além dos EUA, o Brasil, a Rússia, a Índia e a China.⁷ Conforme a projeção, após os EUA, transformados em governo keynesiano do mundo, um centro de consumo, a nova divisão internacional do trabalho atribuiria ao Brasil o papel de celeiro, à Rússia o de provedor de recursos energéticos, à Índia o de serviços, com a China como parque fabril do planeta. A sigla Bric, simplesmente uma elocubração de mercado, ajudou a consolidar, entre os formadores de opinião do meio econômico, a tese da inevitabilidade da supremacia brasileira na América do Sul, provocando igualmente antipatias não mensuradas. Entre os investidores estrangeiros e aqueles a eles associados, no Brasil, as repercussões também foram mescladas, pois se o prestígio do país lhes interessa, a possível instabilidade da região poderia afetar a percepção do risco pelos agentes que o mercado financeiro denomina “arbitradores”, os que investem nas bolsas locais. Por outro lado, para os equivalentes argentinos, associação a uma boa imagem externa brasileira é positiva.

Na fase seguinte, a quarta, deste modo, acentuou-se o protagonismo brasileiro, mas, simultaneamente, emergiram novas lideranças, como na Venezuela de Chávez, cuja integração rápida ao Mercosul deu-se por pressão argentina, mas também a da Bolívia. Nesta última, pela primeira vez em muito tempo, retornou oposição à forte presença econômica brasileira. A questão da redução dos “atributos fáticos de soberania”, portanto, não evoluiu e, no que se refere ao bloco, passou a apresentar outros componentes, haja vista a própria discussão da integridade e da identidade de membros e sócios, como o Paraguai e a Bolívia. Convém registrar que dois fundadores do Mercosul, Paraguai e Brasil,

⁶ *Freedom’s Journey: a survey of the 20th. Century. The 20th Century. On the yellow brick road. What might the 21st century bring?* 11 de setembro de 1999

⁷ A corretora Goldman Sachs cunhou o acrônimo Bric, sonoramente semelhante à palavra inglesa “brick” (tijolo) e, posteriormente, sua direção revelou ter-se arrependido de não haver colocado nele o México, talvez até em lugar do Brasil, cujo crescimento econômico não veio sendo o que se esperava. No entanto, a economia mexicana retraiu-se, justamente no momento de maior expansão da brasileira, bem menos dependente do desempenho da economia dos EUA.

proíbem, em suas Constituições, delegação de soberania a instituições supranacionais. Embora esses textos possam ser reformados, tais cláusulas trazem dificuldades, e refletem forças profundas desses países

A integração regional começou em uma área de visibilidade política escassa, de modo a que pudesse ser manipulada separadamente, sem ingerência de partidos políticos. Vários autores citam como sucesso notável da integração Brasil-Argentina a aproximação na área da energia nuclear, de fato surpreendente na superação de resistências. Outras áreas podem ser consideradas tão ou mais adequadas para sustentar os avanços posteriores na integração, conforme Almeida (2000). Neste aspecto, consideram-se os Protocolos de Integração de Sarney e Alfonsín, com aproximação décadas produtivas e, principalmente os mercados do produto mais estratégico do relacionamento bilateral, o trigo, e a complementariedade na cadeia automotiva. O trigo era mantido sob forte regulamentação no Brasil e, como alvo das preocupações dos governantes militares, mantido sob regime de monopólio pelo governo federal. Na Argentina, sempre foi um dos esteios do comércio exterior do país, um dos mais eficientes produtores mundiais. Observe-se que a essencialidade do trigo e da carne bovina para a alimentação humana mantiveram-nos desde sempre como elementos fundamentais do comércio exterior e da diplomacia comercial argentinos⁸, enquanto os produtos de sobremesa do Brasil, notadamente o café, que não propiciou um crescimento rápido ao país, como aqueles outros à Argentina, só poderiam levar os dirigentes do Rio de Janeiro e, depois, de Brasília, a se preocuparem com o futuro, a postularem por sua substituição.

Na cadeia automotiva, que levou à criação de um regime específico, dada a pequena dimensão do parque produtivo argentino, frente ao brasileiro, em pouco tempo, pelo fato de as montadoras serem, em grande medida, as mesmas nos dois países, e terem-se fixado em linhas de modelos diferentes puderam-se definir especializações. Outro produto importante em que não se pôde chegar a um acordo fácil foi o açúcar, em razão de o Brasil, usando suas vantagens comparativas tradicionais, ser o mais eficiente produtor do mundo, enquanto a Argentina produz em condições menos favoráveis em sua região Nordeste.

Um fator que, em questão de poucos anos, trouxe dificuldades no relacionamento bilateral, por estabelecer mais concorrência, foi a ocupação com sucesso do Cerrado a partir das pesquisas da Embrapa, nos anos 1970. Seguindo a experiência brasileira, os agricultores argentinos também passaram a plantar soja e rapidamente a industrializá-la, o que não estava nas expectativas dos brasileiros, acostumados a ver os vizinhos exportarem produtos *in natura*, de boa qualidade. O tempo mostrou que o Brasil chegou a atingir um nível de maturidade industrial que não permitiu o desmonte, como ocorreu no Chile e, desde 1976, na Argentina. Nas palavras de Cervo (2001, p. 292) “em nenhum país da América Latina foi tão

⁸ Durante o governo Perón, nos anos 1940, o Estado nacionalizou o comércio exterior, apropriando-se da receita de exportações de cereais, fato de grande relevância para a história do país e do mercado mundial, mas a principal empresa do setor, no mundo, a americana Cargill, não faz menção a ele, em seu livro comemorativo dos cem anos de existência, conforme Almeida (2011).

difícil a transição do paradigma de política exterior do Estado desenvolvimentista para o paradigma do Estado neoliberal, como no Brasil.” A complexidade da economia brasileira exigiria longo prazo para qualquer reestruturação induzida por políticas governamentais, e que teria de ser feita mediante “cuidadosa seleção de produtos em todos os ramos”. Os investimentos realizados nos anos 1990, no Brasil e na Argentina, mostraram que, com o predomínio de capitais especulativos e daqueles voltados à aquisição de empresas que foram privatizadas⁹, a maior parte dos ingressos não pôde ser considerada de boa qualidade, com capacidade de gerar alterações nos níveis de produtividade, por cessão de tecnologias.

Uma agenda imposta pelos desenvolvidos envolveu todo o mundo em desenvolvimento em discussões sobre subsídios agrícolas, enquanto para o centro do sistema era essencial a discussão, de patentes de novas tecnologias e o acesso aos setores de serviços. Em nenhum dos dois países usaram-se as privatizações para criarem conglomerados nacionais, nem para auxiliar processos de reestruturação produtiva, mas no Brasil procurou-se preservar alguns setores privados que possibilitariam, mais tarde, a expansão de capitais brasileiros em mercados externos, como aconteceu com os setores de siderurgia, petróleo, bebidas e de alimentos. As relações internas às duas economias, porém, tornaram-se ainda mais complexas, trazendo a necessidade de novas pesquisas quanto às interações entre os diferentes grupos do capital e suas estratégias empresariais.

Basualdo (2006) avançou nestes estudos, mostrando como a oligarquia diversificada da Argentina, uma vez acelerado o processo de privatizações do Brasil, procurou dele participar de modo ativo. Formaram o “Grupo Argentina”, constituído pelos conglomerados econômicos mais importantes do país, entre os consórcios privados que operavam os serviços públicos privatizados, como Pérez Companc, Techint, SOCMA, Comercial del Plata (Soldati) Astra e Acindar. Outros participaram um pouco menos (Bridas, Roggio, Pescarmona) e havia até menores operadores, como Cartellone e Roman. O gigante Bunge y Born, convidado a fazer parte do Grupo Argentina, recusou, por não querer prejudicar sua boa imagem no Brasil.

Miranda e Martins (2000) mostraram que, no Brasil, entre 1991 e 1997, houve 515 transações de fusões e aquisições de empresas, tendo sido 54% delas transferidas para o capital estrangeiro. Países que em suas áreas não têm massa crítica suficiente para serem exportadores de capitais, como Portugal e Espanha, beneficiaram-se deste processo, passando a ter papel preponderante em setores anteriormente considerados estratégicos, como os bancos, as empresas de aviação, o ramo petrolífero e, também, o editorial. No setor financeiro, o ingresso dos participantes estrangeiros sequer serviu à baixa dos preços dos serviços e ao aumento dos recursos creditícios, como seria de se esperar. De fato, coalizões de poder

⁹ Conforme Santos (2007, p. 177) “os capitais que mais se beneficiaram das privatizações argentinas foram os norte-americanos, sendo responsáveis por 47% dos investimentos em compras de estatais.”

montadas a partir do início dos anos 1990, envolvendo velhas elites territorialistas e novas cosmopolitas, apropriaram-se de parte do patrimônio público, verificando-se a transformação de monopólios estatais em monopólios privados, com a população em situação por vezes mais precária em termos de atendimento de suas necessidades, pela ocorrência de capturas de agências reguladoras por particulares.

O processo iniciado por Menem e Collor promoveu uma internacionalização dos mercados internos domésticos (SARTI e LAPLANE, 2002) e, à medida que isto prosseguia, o país com maior massa populacional, o Brasil, mal conseguisse promover melhor distribuição de renda, seria beneficiado por ganhos de escala, impossíveis ao outro. A dificuldade de constituição de entidades de capital mais concentrado, conglomerados, persistiria enquanto a taxa de câmbio favorecesse setores exportadores.

Conforme Cervo (2002a), em artigo publicado no *Jornal do Commercio*:

A grande criação da inteligência política latino-americana dos anos 90 foi, com efeito, a invenção do Estado normal. Mais de uma década depois, conclui-se ter esse paradigma sido:

- a. subserviente, porque cedeu o processo decisório interno às pressões externas;
- b. destrutivo, porque desmontou e alienou o núcleo central robusto da economia nacional;
- c. regressivo, porque empurrou a sociedade de volta ao caminho da economia primária ou de montagem.

Fernando Henrique Cardoso dominou o pensamento político e administrou a inserção internacional do Brasil nos anos 90. Impôs-se ao Itamaraty, cujas lideranças não compreendiam porque se abandonara o desenvolvimento como vetor da política exterior. Só não avançou como os vizinhos pelo roteiro desastroso do Estado normal porque houve reações. Foi levado a pôr em marcha um terceiro paradigma de relações internacionais, que podemos denominar de Estado logístico. Por essa via de conduta, atenuaram-se os parâmetros de subserviência, destruição e regressão do Estado normal. O governo logístico do Brasil tendia em certa medida a proteger a empresa, o capital, o emprego, e o mercado nacionais e a abrir espaço interno para os interesses brasileiros.

No início do século XXI, a evolução da economia dos EUA levou à depreciação do dólar, favorecendo que empresas dos países “emergentes” tivessem condições de adquirir concorrentes mundo afora. Empresas chinesas, indianas e brasileiras expandiram-se, tornando-se objeto de estudos sobre suas características intrínsecas, chegando-se a avaliações de o quanto os aspectos de suas formações histórico-culturais tinham peso nas atitudes que tomavam neste movimento de conquista de novos mercados.

As antigas economias regionais em países extensos foram estudadas a partir de análises dinâmicas, por se ter de considerar o deslocamento espaço-temporal das mercadorias, no âmbito de espaços nacionalmente delimitados. Na época do predomínio do pensamento neoliberal, estas economias regionais passaram a se articular por fora e acima das fronteiras, dado o interesse das maiores empresas, que se beneficiaram dos “novos” programas de pesquisa. Para isto, aperfeiçoaram-se estudos de Economia da Integração, influenciados pela experiência europeia. Estes estudos ainda são incipientes e dificultados pelo fato de se necessitar de algum acesso aos planejamentos estratégicos das empresas, sigilosos. Considerando-se a integração de economias regionais, como o Eixo Buenos Aires-São Paulo-Rio de

Janeiro, poder-se-ia universalizar as trocas em um espaço supranacional, conforme Sereni (1980) considera essencial que se conheça o grau de conexão orgânica entre os diversos mercados locais e regionais.

As mudanças na economia mundial prosseguem, com certo re-equilíbrio na riqueza das nações, o que mais uma vez posiciona o Brasil de modo diferente da Argentina e exigiria maior articulação entre os agentes estatais, mas aquelas empresas, mais internacionalizadas do que nunca, têm interesses próprios, que podem não ser conciliáveis com os projetos nacionais. Conforme Santiso (2006, 2008), tais mudanças aceleraram-se em anos recentes e já se percebe que, se em meados dos anos 1950, os países membros da OCDE detinham 75% do PIB mundial, chegaram a 55% no início do século XXI. Em meados dos anos 1990, o mercado acionário dos EUA contava 50% da capitalização do mercado mundial, baixando a 35% dez anos depois. O Investimento Estrangeiro Direto procedente dos membros da OCDE respondia por 100% do total em 1970, época em que prevaleciam as orientações keynesianas que, em países como o Brasil e Índia, ajudariam a criar a infraestrutura industrial responsável pelos avanços posteriores de suas economias. Em 2007, sua participação diminuiu para 85%.

Para a América Latina passaram a existir três locomotivas de crescimento exógeno, os EUA, a Europa e a Ásia. Os primeiros permanecem opção para manufaturados, e os outros perpetuam o esquema da divisão internacional do trabalho, importando matérias-primas. Efetivamente, a economia chinesa, ao elevar a renda de mais de 600 milhões de pessoas no tempo de vigência integral do domínio mundial do neoliberalismo, voltou à sua posição central no sistema mundial, e seu interesse em parcerias é focalizado em economias capazes de oferecerem matérias-primas, enquanto vende produtos mais tecnológicos, baratos, para o centro sistêmico, tomando o lugar de todos os demais fornecedores. Neste sentido, a diplomacia econômica brasileira procurou manter o país como um *global trader*, não podendo supor que a inserção ao estilo projetado pela corretora Goldman Sachs (modelo Bric) seria benéfica. Afinal, traz de volta os padrões de antes da industrialização iniciada há décadas e não revertida, mesmo durante o predomínio das concepções liberais. Como observou Cervo (2006, p.14) “se o neoliberalismo impregnou a inteligência dos dirigentes brasileiros nos anos 1990, não se constituiu tendência exclusiva a determinar as relações internacionais do Brasil, como ocorreu na Argentina.” Ideias neoliberais eram comuns, mas o Brasil “distanciou-se dos seus vizinhos, promovendo a competição de seu sistema produtivo, evitando sua alienação completa e, enfim, ao preservar sua vocação industrial.” (CARDOSO, 1997). Na Argentina, embora este padrão redivivo parecesse interessante, entre outras coisas pelo influente papel da agropecuária, a desindustrialização não foi plenamente aceita e, a partir da crise de 2001, o Estado buscou recompor-se como agente indutor do desenvolvimento, vendo a integração com o Brasil como

oportunidade de manutenção de atividades avançadas, associadas ao mercado vizinho, por suas vantagens comparativas, e pela participação nas redes de empresas do eixo Buenos Aires-São Paulo/Rio de Janeiro.

O padrão liberal continuará regendo os regimes internacionais por muito tempo, tendo em vista que o predomínio dos países centrais persistirá, em tempos de paz, por décadas. “Território e mercados se tornam conceitos xifópagos, em sua condição de conjuntos sistêmicos de pontos que constituem um campo de forças interdependentes” (SANTOS, 1996, p.184) mas diversos dos paradigmas liberais foram colocados em cheque, em especial na América Latina, a partir do início do século XXI. O chamado “Consenso de Buenos Aires” foi por algum tempo registrado na imprensa como um ponto de inflexão, mas logo foi esquecido, persistindo certa percepção de que conceitos como “desterritorialização” podem ter uso apenas oportunista. Na observação de Arroyo (2006, p.189) “como falar em ‘desterritorialização’, quando o chamado ‘risco soberano’ (grau de risco do endividamento externo) se constrói a partir das contas nacionais?”

A permanência destes critérios, malgrado as crises episódicas intrínsecas à lógica financeira, acirrará forças centrípetas no processo de aproximação brasileiro-argentina, tendo em vista que os agentes interessados na captação de recursos quererão desvincular-se de riscos atribuídos ao outro. Além disso, em razão da acentuada desnacionalização dos anos 1990, Brasil e Argentina ficaram ainda mais vulneráveis financeiramente, pois os grupos estrangeiros, em caso de dificuldades, prontamente carrearão recursos para o exterior. No Brasil, conforme Souza (2007, p.241):

A participação das empresas estrangeiras no faturamento das 500 maiores empresas privadas e das 50 maiores estatais, no país, subiu de 32% em 1994, para 46,4%, em 2001. No período de 1995 a 2000, de acordo com o Banco Central, 5.082 empresas nacionais passaram para o controle estrangeiro. Assim, o número de empresas estrangeiras aumentou de 6.322 para 11.404 e seu patrimônio pulou no período de US\$ 86,2 bilhões, para US\$ 179,8 bilhões.

Outro aspecto é que, conforme observaram Gonçalves e Lyrio (2003, p.23) “Nunca o diferencial de poder do Brasil em relação aos vizinhos foi tão grande, em termos de tamanho e potencial da economia, de capacidade e iniciativa internacional, o que cria uma evidente oportunidade, quase obrigação, de maior ativismo do país.” A construção deste diferencial, nas últimas décadas, mostrou que, à medida que ambos percebiam as vantagens da associação, o inevitável maior protagonismo brasileiro criaria situações de difícil administração. O conceito de aliança estratégica entre ambos foi citado em reunião de Fernando Henrique Cardoso e Menem, em 1997, mas o Brasil nunca definiu claramente disposição a arcar com os ônus de uma coordenação com os argentinos. Gonçalves e Lyrio (2003) sintetizaram alguns dos problemas citados no trabalho:

a) inércia burocrática: como no caso do açúcar, mas o problema não é de inércia, é de manipulação da política tarifária por grupos de interesse. Outros produtos poderiam ser citados, como o vinho, e a

“inércia” na adoção de um regime de origem comum não é derivada da mera lentidão das burocracias, mas do interesse dos produtores brasileiros;

b) baixa sensibilidade para questões regionais: questão aguda no lado brasileiro, menos dependente dos produtos argentinos e com um histórico de país de dimensões continentais. Os protocolos dos anos 1980 mostravam preocupação com a integração fronteiriça, que foi abandonada no Tratado de Assunção,

c) remanescente sentimento de rivalidade: aparece na concepção de “Brasil-dependência” na Argentina, por antigos preconceitos e, no lado brasileiro, na ideia de concessões excessivas.

Bielsa (2005), a propósito das oscilações da política externa argentina, sintetizou-as, mostrando que as rupturas que experimentou foram as mesmas que sofreu o país, enquanto foi presa de recaídas ditatoriais, pois se encontra, em todos os governos constitucionais um fio condutor pacifista, latino-americanista, e respeitoso do Direito Internacional.

No relacionamento regionalização/liberalização, pode-se dizer que a liberalização auxiliou a regionalização, como modelo gravitacional e que, quanto menor o número de participantes nas negociações comerciais, mais facilmente se chegará a um acordo, com a possibilidade de, ser mais fácil cobrir maior número de assuntos para um acordo. O bloco, conheceu uma espécie de “milagre do Mercosul”, no dizer de Saludjian (2004) entre 1991 e 1994, após a “década perdida”.¹⁰ Após 1997, e até 2001, o comércio intra-zona regrediu, em razão das crises externas e seus efeitos sobre a região, em especial sobre a Argentina. Destaque-se que as reformas liberalizantes e a ideia não muito bem explicitada de “transformação produtiva com equidade”, da Cepal, não conseguiram levar a maior modernização, no continente, à exceção do Brasil. A heterogeneidade produtiva do país foi capaz de trazer aspectos positivos da nova inserção no sistema internacional. Isto também permitiu que, ao longo da década, Brasil e México, integrado ao NAFTA, fossem os países latino-americanos que mais captaram investimentos estrangeiros diretos, podendo a economia brasileira competir neste campo com a chinesa. O oxímoro regionalismo aberto acabou não levando àquilo a que se propôs, privilegiando o mercado regional, sem isolar-se do mundial. Cabe recuperar considerações de Prebisch, quando escreveu que *“la industrialización se desarrolló alrededor de comportamientos coagulados (ISI), el mercado común latinoamericano se impone como otro medio que permite alivianar el estrangulamiento externo y promover la viabilidad de este proceso de industrialización”* (PREBISCH, 1963, p.107).

O período do antigo nacional-desenvolvimentismo, como sintetizou Pereira (2007), foi caracterizado pela noção de que o Estado tinha papel central na poupança forçada e nos investimentos das empresas, por uma feição protecionista e pessimista e certa complacência com a inflação. No novo

¹⁰ Pesquisa do *Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales*, anteriormente mencionada, mostrou que, em 1998, 98% dos líderes argentinos consideravam importante a participação de seu país neste bloco.

desenvolvimentismo, o Estado seguiu importante na poupança forçada e nos investimentos, com visão exportadora e realista.

Pereira (2008) apresenta as bases para uma estratégia de desenvolvimento a ser seguida pelos países da região, após o insucesso das orientações dos anos 1990 e que Brasil e Argentina começaram a adotar, devendo aprofundá-las. As críticas às opções de políticas adotadas nos anos 1990 sempre existiram, mas frequentemente estiveram restritas a meios acadêmicos e científicos. Da mesma forma que o Keynesianismo nunca havia sido adotado majoritariamente pelos economistas, as críticas aos neoliberais também não empalmaram a maior parte das opiniões, ganhando força, com o tempo, mas pulverizadas em visões e propostas. Os governos brasileiros persguiram a posição de *global trader*, criando as condições para a ampliação de desequilíbrio de forças. Também no que se refere ao âmbito do setor financeiro, aconteceu, um descolamento brasileiro. O Banco Interamericano de Desenvolvimento mencionou em diversos trabalhos a tese de que a modernização e o desenvolvimento deste setor contribuiriam para amortecer os impactos das crises externas. Tendo um setor menor e menos desenvolvido do que o brasileiro, e profundamente internacionalizado, a Argentina ficou mais sujeita a crises abertas, assistindo a instituições brasileiras penetrarem gradualmente em seu mercado. Na observação de Cervo (2001, p. 293) o Estado brasileiro hesitou nos anos 1990 em tornar-se um Estado ‘normal’, como o fizeram a Argentina, o Chile e o México e:

O passado nacional de sessenta anos somente foi avaliado de forma negativa por um grupo de economistas que aprenderam nos programas de pós-graduação dos Estados Unidos o credo neoliberal e estavam dispostos a aplicá-lo quando se tornavam autoridades da República. Estes economistas e algumas outras autoridades, cujo pensamento com eles se conformava, esforçaram-se por difundir a noção de globalização benéfica. Apesar de deter a maior soma de poder em matéria de relações internacionais do país, a esfera das relações econômicas, o grupo não se tornou hegemônico sobre a inteligência nacional do Brasil, como ocorreu em boa medida com o grupo epistêmico na Argentina. A maior parte do meio político, talvez possamos dizer o mesmo do meio diplomático, mas sobretudo o meio acadêmico, avaliou positivamente a estratégia de desenvolvimento brasileiro das últimas décadas e avançou o conceito de globalização assimétrica, que expressa uma interpretação mais nociva que benéfica para a periferia do capitalismo.

Ponto fundamental a ser considerado nas relações é que, na fase dos “trinta anos gloriosos do capitalismo” (1945-1975), o protecionismo era aceitável, para indústrias nascentes, ou “infantes”. Transcorrido um quarto de século, tinham indústrias maduras, e o Brasil montou conglomerados de ação global, com empresas de capital misto, ou privado. |A Argentina não pôde, ou não quis, dado o elevado nível de desindustrialização porque passou, inserir-se nos novos paradigmas tecno-econômicos. Tendeu a uma busca da recomposição do poder indutor do Estado, nos governos Kirchner.

Constata-se igualmente que, na formulação das políticas externas, fatores culturais, ao lado dos físicos e estruturais, promovendo aproximações ou conflitos entre os Estados, conforme Lessa e Suppo (2007). Arrolada entre as “forças profundas”, no sentido de Renouvin, a cultura influencia e é influenciada

pelo processo integracionista, afetando a formação de uma identidade coletiva que se fundamente na aceitação das diferenças. Além de a experiência argentino-brasileira ser a única no mundo em que se combinam simultaneamente processos de consolidação democrática com a formação de um espaço econômico comum, seu conceito de aliança estratégica está calcado em fatores de economia política interna e internacional. Trata-se de uma experiência desassociada das noções clássicas de segurança militar e vinculada às novas premissas da econômica.

No momento, a difícil situação porquê passam a economia e a sociedade brasileiras, além permanência das dificuldades da economia argentina, com os dois países muito afetados pela terrível pandemia e a orientação problemática da política externa brasileira, é recomendável que se atue, em todos os meios, para que a aproximação entre brasileiros e argentinos não sofra danos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas. A Idéia de União Aduaneira nas Relações Brasil-Argentina. *Revista CADE*, ano 1, nº 2, jan./jun 2000. Rio de Janeiro: Faculdade Moraes Junior, 2000

_____. *Brasil e Argentina: As Razões da Coesão. (1976-2001)*. Tese de doutorado em História Política, apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2008.

_____. *Do Grão ao Pão. O Trigo nas Relações entre o Brasil e a Argentina*. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Brasil e a América do Sul. In ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antônio Carlos. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2006, 267-298

BASUALDO, Eduardo. *Estudios de Historia Económica Argentina. desde Medios del Siglo XX a la Actualidad*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2006

BIELSA, Rafael. *La Política Exterior Argentina*. In BIELSA, Rafael et ali. *Estado y Globalización. El Caso Argentino*. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 2005

CARDOSO, Fernando Henrique. O mercado não pode ser fator de exclusão. *Agroanalysis*. Rio de Janeiro. Vol. 17, nº 10. p. 1-3. Entrevista

CERVO, Amado Luiz *Relações Internacionais da América Latina. Velhos e Novos Paradigmas*. Brasília: Ibri, 2001

_____. O Brasil no Mundo. *Jornal do Commercio*, 26 de março de 2002. Rio de Janeiro, 2002

_____. A Ação Internacional do Brasil em um Mundo em Transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005). In ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antônio Carlos. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*, volume 1. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 7-34

_____. *Inserção Internacional. Formação dos Conceitos Brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008

DIAS, Guilherme Leite da Silva. Relações Brasil-Argentina. O nosso “nó agrícola”. In LLADÓS, José Maria e GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (orgs.). *Perspectivas Brasil e Argentina*. Vol. II. Brasília: Ipri/Funag, 2000, p. 209-220

ETHIER, Wilfred J. *The New Regionalism*. *Economic Journal*, nº 108. Londres: 1998, p. 1149-1161

FIORI, José Luís. Sistema Mundial, Império e Pauperização para retomar o Pensamento Crítico Latino-Americano. In FIORI, José Luís e MEDEIROS, Carlos (orgs.). *Polarização Mundial e Crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 39-76

GIAVARINI, Adalberto Rodriguez. *Hacia la Integración Latinoamericana*, *La Nación*, 30 de agosto. Buenos Aires: La Nación, 2000

GONÇALVES, José Botafogo e LYRIO, Maurício Carvalho. Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina. Antecedentes, Estado Atual e Perspectiva. In *Dossiê Cebri*, vol. 2, ano 2. Brasília: Cebri, 2003

HAAS, Ernst B. *The Study of Regional Integration: Reflections on the Joy and Anguish of Pretheorizing* In LINDBERG, Leon N. e SCHEINGOLD, Stuart A. (eds.) *Regional Integration: Theory and Research*. Cambridge/MA: Harvard University Press, 1971

MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais. Teoria e História*. São Paulo: Saraiva, 2004

MIRANDA, José Carlos e MARTINS, Luciano. *Fusões e Aquisições de Empresas no Brasil. Economia e Sociedade*. Campinas: Unicamp, junho de 2000, p. 153-174

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de e PFEIFER, Alberto. O Empresariado e a Política Exterior do Brasil In ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antônio Carlos. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006, p.389-427

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. *Macroeconomia da Estagnação. Crise da Ortodoxia Convencional no Brasil pós-1994*. São Paulo: Ed. 34, 2007

PREBISCH, Raúl. *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963

RUSSEL, Roberto e TOKATLIAN, Juan Gabriel. *El Lugar de Brasil em la Política Exterior Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003

SARAIVA, Miriam Gomes e ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas. A Integração Brasil-Argentina no Final dos Anos 90. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 42, nº 2, págs. 18-39. Brasília: Ipri, 1999

SALUDJIAN, Alexis. *Hacia otra Integración Sudamericana. Criticas al Mercosur neoliberal*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2004

SANTISO, Javier. *Latin America's Political Economy of the Possible*. Boston: MIT Press, 2006

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996

SARTI, Fernando e LAPLANE, Mariano F. O Investimento Direto Estrangeiro e a Internacionalização da Economia Brasileira nos Anos 1990. *Economia e Sociedade*. Campinas: Unicamp, 2002, p. 63-94

SERENI, Emilio. *Capitalismo y Mercado Nacional*. Barcelona: Editorial Crítica, 1980

SOUZA, Nilson Araújo de. *Economia Brasileira Contemporânea de Getulio a Lula*. São Paulo: Atlas, 2007

SUPPO, Hugo Rogelio e LESSA, Mônica Leite. O Estudo da Dimensão Cultural nas Relações Internacionais: Contribuições teóricas e metodológicas. In LESSA, Mônica Leite e GONÇALVES, Williams. *História das Relações Internacionais. Teoria e Processos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 223-250

WENDT, Alexander. *Driving with th Rearview Mirror: On the Rational Science of Institutional Design*. *International Organization*, vol. 55, nº 4, Autumn, 2001. Boston: World Peace Foundation/Massachusetts Institute of Technology, 1999, p. 1.019-1.049

ZEHFUSS, Maja. *Constructivism in International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press: 2002